



**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

**ST 1: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**VALORIZANDO OS TERRITÓRIOS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA ALÉM DA DICOTOMIA RURAL E URBANO NA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS**

**VALUING TERRITORIES: REGIONAL DEVELOPMENT BEYOND THE RURAL-URBAN DICHOTOMY IN THE EXPERIENCE OF THE MUNICIPALITY OF SANTA CRUZ DO SUL/RS**

Carlos Stavizki JUNIOR<sup>1</sup>, Cidonea Machado DEPONTI<sup>2</sup>

**Resumo:**

Este trabalho apresenta uma análise empírica do processo de desenvolvimento dos territórios, destacando as contradições da dicotomia existente entre as áreas rurais e urbanas. Utilizou-se o município de Santa Cruz do Sul, localizando na região interiorana do Rio Grande do Sul, como recorte empírico, devido as configurações econômicas e sociais do território, e pela importância da agricultura familiar em sua economia, através da cadeia produtiva do tabaco. Trata-se de uma discussão sustentada pela revisão bibliográfica sobre dicotomia rural e urbana, no contexto do desenvolvimento territorial, com base em literaturas contemporâneas e relacionadas com a área do Desenvolvimento Regional. Apresenta-se uma crítica ao modelo desenvolvimentista baseado na industrialização e urbanização do território, em detrimento da precarização de recursos governamentais no meio rural. Destaca-se a necessidade de valorizar as potencialidades do município, considerando o meio rural como parte intrínseca aos processos de desenvolvimento dos territórios.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Territórios; Meio Rural.

**Abstract:**

This paper presents an empirical analysis of the development process of territories, highlighting the contradictions of the existing dichotomy between rural and urban areas. The municipality of Santa Cruz do Sul was used as an empirical cutout due to the economic and social configurations

---

<sup>1</sup> Mestrando em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC); Bacharel em Serviço Social; Membro do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GEPEDR/CNPq); Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Urbanos e Regionais (GEPEUR); e-mail: [cstavizki@unisc.br](mailto:cstavizki@unisc.br)

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural (PPGDR/UFRGS); Mestre em Integração Latino-Americana; Bacharel em Ciências Econômicas (UFMS); docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC); e-mail: [cidonea@unisc.br](mailto:cidonea@unisc.br)



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

of the territory and the importance of family agriculture in its economy through the tobacco production chain. This is a discussion sustained by the bibliographical review on rural and urban dichotomy, in the context of territorial development, based on contemporary literature related to the area of Regional Development. It presents a critique of the developmental model based on the industrialization and urbanization of the territory, to the detriment of the precariousness of government resources in the rural environment. It highlights the need to enhance the potential of the municipality, considering the rural environment as an intrinsic part of the development processes of territories.

**Keywords:** Regional Development; Territories; Rural Environment.

## INTRODUÇÃO

A discussão em torno do desenvolvimento territorial é marcada por uma série de eventos, concepções e conceitos, por vezes convergentes e outras complementares, porém ainda majoritariamente fundamentadas na lógica de desenvolvimento pela urbanização. Neste trabalho, utiliza-se uma visão ampliada sobre desenvolvimento e sobre o papel dos territórios, considerando suas determinações, que extrapolam o reducionismo causado pela dicotomia rural e urbano, considerando um mais desenvolvido que o outro. A ideia de que o desenvolvimento dos territórios rurais vem com sua urbanização desqualifica as dinâmicas culturais, sociais, políticas e produtivas do meio rural.

Este trabalho visa questionar essa lógica, pensando em novos modelos de avaliação do desenvolvimento territorial e regional, dialogando entre autores clássicos e contemporâneos da economia política e dos estudos de desenvolvimento regional. Como cenário e exemplo para esta discussão, escolheu-se o município de Santa Cruz do Sul, na região interiorana do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O município possui características pertinentes ao debate, considerando que parte de sua economia está baseada em atividades agrícolas, sendo a produção e o beneficiamento da folha de tabaco a principal delas. Além disso, o município é um polo industrial para a região do Vale do Rio Pardo, vinculado a produção de tabaco, que caracteriza e estrutura o desenvolvimento urbano do município e exerce influência direta no planejamento do território. Devido a presença de empresas transnacionais, a área urbana do município vem se expandindo, criando disparidades na aplicação de recursos públicos entre o meio rural e a cidade.

Para embasar este debate, o trabalho divide-se em duas partes: Primeiro, apresenta-se o município de Santa Cruz do Sul a partir de determinações que dialoguem com o desenvolvimento regional e territorial, como sua cadeia produtiva do tabaco, por exemplo. A segunda parte dedica-se a discussão sobre o Desenvolvimento Regional, compreendendo a região como um território constituído a partir de interesses globais e locais. Por fim, apresenta-se considerações sobre os temas abordados, destacando as relações que amenizam a visão dicotômica sobre o território.

## O Desenvolvimento Territorial no município de Santa Cruz do Sul/RS

O município de Santa Cruz do Sul é um território localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul e compõe a região do Vale do Rio Pardo (VRP), sendo atualmente o 15<sup>a</sup> município mais



OBSERVADR

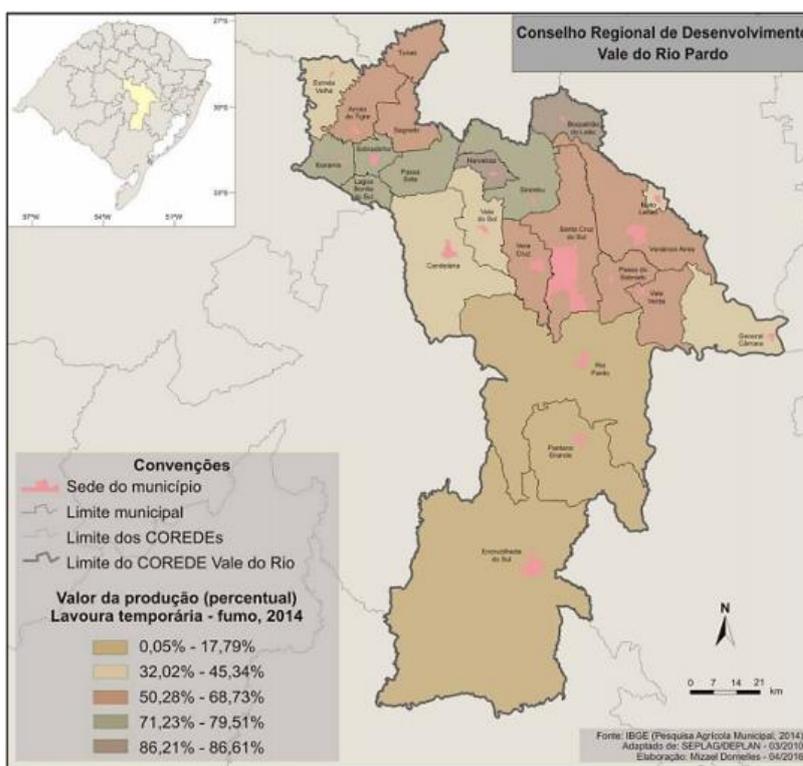




populoso do estado, com população estimada em 129.427 habitantes (IBGE, 2019). O município possui o maior PIB da região do VRP e a 8ª maior economia do estado, baseada majoritariamente no cultivo, tratamento e produção da folha de tabaco. Destaca-se que Santa Cruz do Sul apresenta o maior complexo agroindustrial para beneficiamento da folha de tabaco e abriga as maiores indústrias fumageiras do mundo (CADONÁ, 2015).

Sua economia, baseada majoritariamente na produção do fumo, repercute fortemente no desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo, além de ser um fator determinante na produção de riqueza e capital na região, composta por municípios que possuem relação direta com o plantio e beneficiamento da folha de tabaco. A região é responsável por parte significativa da produção de tabaco nacional e possui o maior complexo industrial para beneficiamento da folha de fumo do país (PETRY; SILVEIRA, 2017, p. 36). O mapa a seguir localiza a região, segundo a regionalização do Conselho Regional de Desenvolvimento para o Vale do Rio Pardo (COREDE/VRP) e evidencia a relação da produção do tabaco nas economias dos municípios da região.

### Mapa 1. Participação da produção de tabaco na economia dos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento para o Vale do Rio Pardo (COREDE/VRP), em 2016.



Fonte: Elaborado por Mizael Dornelles a partir da Pesquisa Municipal IBGE (2016).

Nota-se que a produção de tabaco está presente em todos os municípios da região, sendo mais expressiva nos municípios do centro e norte do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul e municípios vizinhos, como Vera Cruz, Venâncio Aires, Passo do Sobrado e Vale Verde, possuem mais de



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

50% de sua lavoura temporária baseada na cultura do tabaco. Alguns municípios, como Herveiras e Boqueirão do Leão, possuem uma participação superior à 86,21% de suas lavouras temporárias voltadas a produção de fumo. Neste sentido, entende-se a relevância do meio rural para a produção de riqueza na região, considerando que a produção de tabaco é realizada, quase que exclusivamente, através da agricultura familiar.

Destaca-se, que apesar da forte presença da produção agrícola do tabaco na região, as indústrias de beneficiamento e exportação desta matéria prima estão centralizadas em poucos municípios, sendo Santa Cruz do Sul o principal entre estes. O município abriga o maior complexo industrial de tabaco do país, o que repercute fortemente na estrutura e organização do território, além de ser considerado um fator determinante no grau de desenvolvimento econômico e social do Vale do Rio Pardo (CADONÁ, 2015; PETRY; SILVEIRA, 2017). Entretanto, apesar do impacto econômico para o desenvolvimento, a produção de tabaco na região possui reflexos contraditórios ao desenvolvimento dos municípios (ETGES, 2001).

Etges (2001), ao discutir sobre o processo de globalização na região do Vale do Rio Pardo, relata que a produção de tabaco é essencialmente agrícola e realizada em diversos municípios no Sul do Brasil, porém, 80% do seu beneficiamento (preparação da folha para uso industrial) é realizado nos municípios de Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo e, principalmente, Santa Cruz do Sul (ETGES, 2001, p. 8). A centralização deste beneficiamento e conseqüentemente a produção industrial necessária, se expressa na distribuição desigual da riqueza gerada pela agricultura, absorvida na forma de retorno fiscal (IPI, ICMS, PIS, CONFINS etc.) por estes quatro municípios. Esta dinâmica da cadeia produtiva do tabaco na região, faz com que os municípios com maior grau de desenvolvimento industrial concentrem a riqueza produzida pelos demais, abrindo caminho para o monopólio industrial na região, encabeçado por empresas transnacionais presentes na região. A autora enfatiza ainda que, apesar de haver um crescimento econômico através da produção do tabaco, a região concentra alguns dos municípios mais pobres do estado do Rio Grande do Sul.

[...] trata-se de uma região que produz um dos principais produtos de exportação do Estado do Rio Grande do Sul e do país, que gera lucros fantásticos às empresas do setor, ao mesmo tempo em que tem contribuído, historicamente, de forma marcante, na arrecadação de impostos em nível nacional, na medida em que, em média, 66% do preço de uma carteira de cigarros corresponde a impostos, recolhidos aos cofres públicos. Cabe ressaltar, entretanto, que ao longo dos últimos anos aproximadamente 70% da produção do tabaco do sul do país vem sendo exportada, ou seja, não sofre incidência de impostos, mais um fator que tem contribuído para incrementar os lucros fantásticos das empresas do setor. (ETGES, 2001, p. 8).

A partir disso, destaca-se que a compreensão de “desenvolvimento” não se limita as determinações econômicas de um território ou ao seu grau de produção de riqueza. No caso do Vale do Rio Pardo, nota-se que as mesmas empresas responsáveis por trazer “desenvolvimento” para os municípios, são também as principais responsáveis pela pobreza e desigualdade da região. Milton Santos (2006) discute este fenômeno a partir da ideia de “gestão externa dos territórios”, onde as empresas passam a exercer poder determinante em um território ou região, condicionando o Estado (gestor oficial do território) a servir aos interesses destas empresas a medida em que avança a globalização da tecnologia e da economia (SANTOS, 2006, p. 164).



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Assim, compreende-se que o desenvolvimento econômico da região e do próprio município de Santa Cruz do Sul, traz consigo contradições inerentes a cadeia produtiva do tabaco – principal atividade econômica do Vale do Rio Pardo. Além disso, a ideia de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico ou industrial de uma região, carrega em si a contradição de um desenvolvimento frágil e que pouco contribui para um desenvolvimento sustentável do território. A partir de Santa Cruz do Sul, percebe-se que a riqueza produzida pelas indústrias fumageiras é ínfimo se comparado a riqueza extraída da região. Neste processo, os municípios, e mais especificamente os agricultores, perdem a maior parte da riqueza produzida para as empresas transnacionais, que transferem essa riqueza para fora do território, ao mesmo tempo em que produzem um discurso desenvolvimentista, baseado na exploração da agricultura familiar e no próprio enfraquecimento da capacidade de desenvolvimento dos territórios (ETGES, 2001; CADONÁ, 2015).

É importante destacar que a produção do tabaco se reproduz na região do Vale do Rio Pardo dentro de um contexto histórico e cultural, tido como patrimônio da imigração alemã na região. Uma parcela significativa da população do município de Santa Cruz do Sul é descendente de imigrantes alemães, muitos ligados a agricultura e ao plantio do tabaco por gerações, cultivando além do fumo, uma história regional. Considera-se que esta característica local é importante para analisar o desenvolvimento territorial, por se expressar na organização política do território que buscou ao longo dos anos um desenvolvimento que acabou ampliando as desigualdades das regiões rurais e interioranas.

## A dicotomia rural e urbano no território e suas consequências

Como apresentado, o município de Santa Cruz do Sul é um território com um contexto histórico, econômico e cultural singular, tendo dinâmicas e relações de produção sustentadas por uma economia pouco diversificada e genuinamente centralizadora. Segundo índices de crescimento econômico e de desenvolvimento humano, as taxas do município são superiores à média nacional e estadual (IBGE, 2010), possuindo um importante complexo industrial, que resulta na ampliação do espaço urbano devido a migração da força de trabalho e mantendo, aproximadamente, 15% da população vivendo em territórios rurais (IBGE Cidade, 2019). Apesar da agricultura familiar ser o pilar de sua economia, entende-se que o município é predominantemente urbano, com uma parcela da população superior a 80% vivendo na cidade. Além disso, Santa Cruz do Sul é a única cidade média da região do Vale do Rio Pardo, com uma população estimada em 130.416 habitantes (IBGE Cidade, 2019). A urbanização, causada especialmente pela instalação da indústria no território, fez com que o município se torna-se uma das principais economias do estado, com um PIB per capita de R\$ 64.653,78, em 2017. Contudo, o desenvolvimento urbano ocasionado pela instalação de plantas industriais ampliou os níveis de desigualdade entre as regiões rurais e urbanas, mesmo que a fonte da riqueza do município seja oriunda das áreas interioranas.

Para pensar em desenvolvimento de um território, deve-se antes conceituar o que é considerado desenvolvimento, sendo este um tema utilizado por diferentes ciências e consequentemente, com diferentes interpretações e utilidades. É necessário compreender que a ideia de desenvolvimento é um conceito construído, tendo sua origem na comparação de países “desenvolvidos” com países “não desenvolvidos”, datado no processo de avanço da lógica industrial da Europa para os países



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

latino-americanos (MYRDAL, 1965; ROSTOW, 1974). A ideia de classificar o desenvolvimento dos territórios com base em suas capacidades de produção, riqueza ou nível de industrialização serviu como base teórica para a expansão do capitalismo no continente americano. Com a proposta de reproduzir nos países latinos as mesmas etapas de industrialização europeia, e consequentemente os mesmos níveis de desenvolvimento, os territórios foram submetendo-se a lógica de desenvolvimento econômico. Neste período (1930), o Brasil assumiu uma agenda desenvolvimentista, passando a investir em projetos de desenvolvimento do país, visando construir complexos industriais em todo o território nacional. Assim surgem as primeiras grandes cidades, formadas por trabalhadores oriundos das regiões rurais e interioranas do país, que passam a viver ao entorno dos complexos industriais. Meio século depois, a maioria da população brasileira já vivia nas cidades, criando uma dicotomia entre os níveis de desenvolvimento das áreas urbanas e rurais, principalmente pelo beneficiamento das empresas através de políticas públicas de desenvolvimento da infraestrutura das cidades, necessária para expansão da indústria.

Favareto et al. (2015), no texto “território importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil”, afirmam que a migração da mão de obra das áreas rurais para as cidades ampliou a dicotomia entre o rural e o urbano, classificando o desenvolvimento territorial no comparativo entre as regiões rurais e a região metropolitana. Esta comparação influenciou em uma série de justificativas para expansão da industrialização para as regiões rurais, a exemplo do município de Santa Cruz do Sul. Com a vinda das indústrias fumageiras para a região, o processo de urbanização se instituiu no território, formando a primeira cidade média do Vale do Rio Pardo. Contudo, assim como destacado pelos autores, esta relação não deve ser a única ao se considerar o desenvolvimento dos territórios.

Em síntese, uma visão condizente com as interdependências e com a complexidade da trama territorial que sustenta o mundo contemporâneo precisa ir além das abordagens da dicotomia, que marca boa parte da tradição da sociologia e da economia rural, ou do *continuum* presente em estudos de viés urbano sobre o espaço e o território, **indo em direção a uma abordagem verdadeiramente relacional**. (FAVARETO et al., 2015, p. 21, grifo nosso).

A abordagem relacional, destacada nesta passagem, refere-se à complexidade dos territórios e de suas determinações, especialmente no contexto atual das sociedades capitalistas e de suas formas de produção e reprodução da vida. A relação entre o Rural e o Urbano são intrínsecas e para pensar em planejamento territorial ou em desenvolvimento territorial e regional, é necessário que se utilize uma abordagem que relacione estes espaços e suas características.

Veiga (2002), ao refletir sobre o desenvolvimento territorial, explica que as configurações físicas e naturais de um território influenciam em seu desenvolvimento, assim como as condições de educação, mobilidade, moradia, entre outras características que tornam uma região propícia ao desenvolvimento industrial e urbano. Contudo, as regiões desenvolvem-se em ritmos diferentes e de forma relacional, o que significa a retração de um território diante do crescimento de outro. Em



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

modo geral, isto se expressa no desenvolvimento econômico dos territórios urbanos e no aumento da pobreza dos territórios rurais e interioranos do Brasil.

Durante a “era de ouro” (1948-73), a preocupação de minorar as distorções espaciais fatalmente provocadas pelo crescimento econômico levou à montagem de estruturas administrativas cuja principal missão seria a de “planejar” ou “ordenar” o povoamento (ou ocupação) de territórios nacionais mediante determinadas orientações de investimentos públicos em infraestrutura e várias formas de incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados. (VEIGA, 2002, p. 12).

Com o aumento desta dicotomia territorial, o estado passa a intervir e planejar o desenvolvimento dos territórios, porém considerando ainda a questão econômica como principal medida de avaliação do desenvolvimento. Surge então a necessidade de pensar outras formas de desenvolvimento, condizentes com a realidade regional e considerando as características particulares dos territórios. De fato, o urbano representa uma parcela pequena do território nacional, mas concentra as principais instituições de pesquisa e de planejamento das políticas públicas, assumindo a prepotente missão de “explicar o rural”. Favareto et al. (2015) destaca esta questão ao utilizar o rural como representação da ideia de territórios interioranos, por possuir na agricultura sua base econômica principal.

É preciso admitir que há alguma imprecisão nesta opção: áreas do litoral têm características rurais, mas geograficamente não seriam consideradas interior; áreas interioranas podem ter grandes centros urbanos. Mais claramente, o recorte espacial aqui adotado cobre o Brasil não metropolitano. Os territórios aqui abordados são regiões que guardam características essencialmente rurais, mesmo com a presença de centros urbanos. (FAVARETO et al., 2015, p. 22).

Neste sentido, compreende-se que a região do Vale do Rio Pardo é um território essencialmente rural com a presença de centros urbanos; assim como Santa Cruz do Sul é um território essencialmente urbano, mas com forte relação com o meio rural. A urbanização do município é reflexo do processo de industrialização, enquanto em outros municípios da região, como Rio Pardo, Venâncio Aires e Candelária - territórios essencialmente rurais - vivenciam um processo de urbanização, mesmo sem o avanço da industrialização em suas áreas urbanas. No entanto, entende-se que a urbanização espaços próximos ao polo industrial da região é reflexo da própria dinâmica de urbanização dos territórios, considerando que parte significativa dos trabalhadores da indústria e comércio de Santa Cruz do Sul, vivem nos municípios vizinhos.

Rostow (1974), conceitua este processo como “transbordamento do processo de desenvolvimento”, reflexo da quantidade de investimentos e serviços necessários para implementar uma determinada cadeia produtiva, neste caso, a produção de tabaco. Neste âmbito, a face atual do capitalismo, marcado pela globalização, se expressa efetivamente na exploração do território, pois condiciona o espaço local a adequar-se e desenvolver-se conforme os interesses do mercado. No exemplo de Santa Cruz do Sul, a vinda das indústrias fumageiras e da formação de um espaço urbano, forçou o estado a investir em políticas públicas de infraestrutura e seguridade social, os quais repercutem na valorização do espaço urbano e desvalorização do rural. As empresas internacionais utilizam-se desta infraestrutura para aumentar seus lucros e melhorar a qualidade do



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

processo produtivo. Ao mesmo tempo, empresas locais desenvolvem-se na prestação de serviços para esta indústria, gerando um processo de desenvolvimento econômico regional (ETGES, 2001; CADONÁ, 2015; PETRY; SILVEIRA, 2017).

Contudo, este fenômeno, que na sua aparência se mostra como uma forma de desenvolvimento relacional entre rural e urbano, na prática reforça a dicotomia entre estes dois espaços, da mesma forma (porém em menor escala) entre as áreas metropolitanas e interioranas. Mesmo sendo do rural a matéria prima essencial para a produção da indústria e da riqueza de Santa Cruz do Sul, o investimento governamental em políticas de bem-estar, saúde, educação, infraestrutura etc. é evidentemente superior na área urbana (ETGES, 2001). Este efeito contraditório do desenvolvimento a partir da industrialização e urbanização, já foi destacada por Myrdal (1965), quando afirma que “o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não diminuir as desigualdades regionais” (MYRDAL, 1965, p. 51).

Ora, se a lógica de desenvolvimento através das áreas urbanas prejudica as áreas interioranas, se faz necessário criar propostas de desenvolvimento para os territórios, alinhado com o planejamento democrático e a equidade na distribuição de riquezas do território. Favareto et al. (2015), explica que para mudar esta lógica, se faz necessário criar formas mais democráticas e diversificadas de gestão do território, criando estruturas econômicas e sociais alinhadas aos interesses da maioria da população e que não apenas aos interesses do mercado, do capital e da elite econômica, tanto a nacional como a internacional (FAVARERO et al., 2015, p. 28).

## Considerações Finais

As concepções sobre desenvolvimento das regiões e territórios possuem em sua origem preceitos de desigualdade, ao se fundamentar na lógica de comparação entre os países. Cada território possui características incomparáveis a outros, seja em sua configuração física e geográfica, quanto em sua cultura política e estrutura social. Ao desconsiderar estas características e submeter todos os territórios a mesma régua de crescimento econômico, amplia-se as diferenças sociais entre locais de uma mesma região, ou entre áreas de um mesmo local, como acontece entre a área urbana e rural do mesmo município.

Neste trabalho, buscou-se demonstrar, a partir do exemplo do município de Santa Cruz do Sul, como o desenvolvimento baseado na industrialização e urbanização tende a ampliar as desigualdades e a suprimir as características locais, dentro do território. A região do Vale do Rio Pardo exemplifica os efeitos da tradicional forma de desenvolvimento, onde a riqueza produzida no território é explorada por interesses exógenos, e por vezes, contrários ao próprio desenvolvimento do território. Esta discussão extrapola as argumentações trazidas neste trabalho, pois suas relações não condizem apenas as estruturas econômicas ou produtivas da região. A dinâmica de exploração do território pela lógica de mercado, se expressa na desigualdade de investimentos governamentais entre as áreas urbanas e o meio rural. Contudo, isto se expressa também nas dinâmicas sociais, culturais, políticas e históricas do território, que cria, a partir deste contexto, uma dicotomia, onde o rural é visto como menos desenvolvido que o urbano, tanto na escala local quanto na regional.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Entretanto, o município de Santa Cruz do Sul possui um importante aliado no processo de pensar novas formas de desenvolvimento de seu território e para superação da lógica dicotômica de se planejar a região. Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que demonstra ser, a mais de 25 anos, um importante espaço de pesquisa e intervenção na realidade da região do Vale do Rio Pardo. As contribuições do PPGDR

Por fim, ressalta-se que a tarefa de produzir novos olhares para o desenvolvimento dos territórios rurais e interioranos do Brasil está condicionada a capacidade dos territórios de produzir este novo olhar. O desafio de criar um desenvolvimento que não esteja condicionado ao mercado e interesses internacionais é emergente. Ao pensar no desenvolvimento dos territórios, sem os interesses de exploração e subordinação no qual o sistema capitalista se fundamenta, é possível deslumbrar novas possibilidades, capazes de diminuir as desigualdades regionais a ampliar a qualidade de vida no meio rural.

**Agradecimentos:** Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da bolsa PROSUC/CAPES - Modalidade I.

## REFERÊNCIAS:

ANES, Carlos Eduardo Ruschel; DEPONTI, Cidonea Machado; AREND, Silvio Cezar. **O desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Rio Grande do Sul: planejamento e diretrizes.** *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.17, n. 02, p. 117-126, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/8107>. Acesso em: set. 2020.

CADONÁ, Marco André. **A indústria fumageira e o mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul-RS.** *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, 3 (1), p. 205-221, outono de 2015. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4641/pdf>. Acesso em: set. 2020.

ETGES, Virginia Elisabeta. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo.** In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

FAVARETO, Arilson. et al. **Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil.** *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – Brasília*, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316175104\\_Territorios\\_importam\\_-\\_bases\\_conceituais\\_para\\_uma\\_abordagem\\_relacional\\_do\\_desenvolvimento\\_das\\_regioes\\_rurais\\_ou\\_interioranas\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/316175104_Territorios_importam_-_bases_conceituais_para_uma_abordagem_relacional_do_desenvolvimento_das_regioes_rurais_ou_interioranas_no_Brasil). Acesso em: out. 2020.

MELO, Ana Isabel. **Distritos Industriais Marshallianos: o caso de Águeda.** *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, N.º 12, 2006, p. 29-52. Disponível em: [http://www.apdr.pt/siterper/numeros/rper12/art02\\_rper12.pdf](http://www.apdr.pt/siterper/numeros/rper12/art02_rper12.pdf). Acesso em: ago. 2020.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2ª ed. Editora Saga. Rio de Janeiro, 1965.

ROSTOW, Walt Whitman. **As cinco etapas do desenvolvimento – um sumário**. In: Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista). Rio de Janeiro, Zahar editores, 1974.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VEIGA, José Eli da. **A face territorial do desenvolvimento**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, set. 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Veiga-J.-E.-A-face-territorial-do-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: set. 2020.

PETRY, Heitor Álvaro; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Plano estratégico de desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (2015-2030)**; [recurso eletrônico]; EDUNISC; Santa Cruz do Sul; 2017, 408 p. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1761>. Acesso em: out. 2020.



OBSERVADR

